

D. Duarte de Meneses (1414-1464): o sangue e as armas no final da Idade Média

Duarte de Meneses (1414-1464): lineage and arms in the late Middle Ages

*António Martins Costa**

Universidade de Lisboa

Resumo

Este artigo procura observar, numa perspectiva panorâmica, o percurso de um dos mais notáveis guerreiros dos finais da Idade Média: D. Duarte de Meneses. Com base num conjunto diversificado de fontes, somos convidados a revisitar, na perspectiva deste combatente, alguns dos aspectos mais interessantes da história militar portuguesa de Quatrocentos. Entre os palcos peninsular e marroquino, caracterizados por formas distintas de fazer a guerra, D. Duarte desenvolve até ao fim dos seus dias uma intensa carreira das armas que lhe proporciona uma não menos espectacular ascensão social, de filho bastardo de alferes do infante herdeiro de D. João I a uma das personagens centrais da Corte de D. Afonso V, cumulando sucessivamente diversas honras, cargos e mercês.

Palavras-chave

História Militar Medieval; Marrocos; século XV; nobreza; D. Duarte de Meneses.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador no Centro de História da Universidade de Lisboa. Correo electrónico: antonio_martinscosta@hotmail.com

Abstract

This article aims to observe, in a panoramic perspective, the course of one of the most notable warriors of the late Middle Ages: Duarte de Meneses. Based on a diverse set of sources, we are invited to revisit, from this combatant's perspective, some of the most interesting aspects of the Portuguese military history of fifteen century. Between the Iberian and Moroccan spaces, characterized by distinct types of warfare, Duarte develops until the end of his days an intense martial career that provides him a spectacular social ascension, which transform a bastard's son of alferes of the prince heir of João I in one of the central personages of the Court of Afonso V, after getting successively diverse honors, offices and riches.

Keywords

Medieval Military History; Morocco; XV century; nobility; Duarte de Meneses.

Introdução

O artigo que aqui publicamos resultou de uma comunicação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a 4 de Novembro de 2016, por ocasião do primeiro colóquio da Associação Ibérica de História Militar (séculos IV-XVI). Subordinado ao tema «Grandes Comandantes: carreiras, mentalidades, modelos de actuação bélica», o evento deu-nos o pretexto ideal para nos debruçarmos sobre um dos mais emblemáticos chefes guerreiros do século XV português. Trata-se de D. Duarte, o filho ilegítimo de D. Pedro de Meneses que chegou a capitão de Alcácer-Ceguer e a conde de Viana após uma carreira marcial nos palcos de Portugal, de Castela mas, sobretudo, de Marrocos. Tomar como objecto de estudo o seu percurso permitir-nos-á conhecer alguns dos aspectos mais interessantes de como se preparava, se fazia e se vivia da guerra, na perspectiva do combatente, entre a Idade Média e a Modernidade. Ao mesmo tempo, este olhar panorâmico sobre a carreira daquele comandante, nas suas diferentes fases, conduzir-nos-á a uma observação dos acontecimentos à luz da renovação da história militar, que, mais do que uma “história das batalhas”, pretende analisar o universo bélico em articulação com os seus contextos sociais, políticos, económicos, técnicos e culturais¹.

A lacuna historiográfica foi o principal factor que nos levou a eleger a figura do guerreiro D. Duarte de Meneses. Mesmo sem uma pes-

1 MONTEIRO - MARTINS, “The Medieval Military History”, pp. 459-481.

quisa exaustiva, logo constámos que foram poucos e com objectivos peculiares os trabalhos que se debruçaram sobre o primeiro capitão de Alcácer-Ceguer, dos quais nos permitimos destacar: a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*², que o cronista régio Gomes Eanes de Zurara redigiu logo após a morte do biografado, entre 1464 e 1468, para cantar os seus feitos, um relato bastante completo que levou o autor a deslocar-se ao Norte de África para interrogar as gentes e conhecer os territórios³; a *Vida de Don Duarte de Meneses*⁴, que Agostinho Manuel de Vasconcelos compôs num tom laudatório durante a monarquia dual, em 1627, para o seu amo e conde de Tarouca, descendente do fronteiro; o brevíssimo *Esboço Biographico*⁵, escrito em 1875 pelo escritor João Augusto Marques Gomes para elogiar perante a sociedade os feitos do esquecido conde de Viana; a separata *D. Duarte de Meneses e D. Isabel de Castro*⁶, uma abordagem social dada à estampa em 1901 por José Fernandes Costa; o estudo diplomático do franciscano António Dias Dinis sobre os capítulos truncados da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*⁷, datado de 1949; o artigo de Luís Miguel Duarte «A morte do capitão (veteranos e “maçaricos” na guerra marroquina do século XV)», que serviu de pretexto para identificar as diferentes posturas de maturidade da cavalaria portuguesa⁸; por fim, de 2012, o artigo «Modelos de ação bélica na Crónica de D. Duarte de Meneses: texto, contexto e representação»⁹, no qual André Bertoli destacou a construção da figura do conde a partir do ideal cavaleiresco.

Partindo de escassos estudos, o nosso trabalho heurístico levou-nos ao encontro de uma plêiade de fontes de distintas tipologias e proveniências que procurámos questionar e relacionar com o maior sentido hermenêutico. Desde logo, recorreremos às fontes narrativas, a começar pela já citada *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, a principal fonte sobre o nosso fronteiro, seguindo-se a obra que o mesmo autor compusera (pouco antes) acerca do pai do biografado, a *Crónica do Conde D.*

2 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*.

3 GOMES, “Zurara, Gomes Eanes de”, pp. 687-690.

4 VASCONCELOS, *Vida de Don Duarte de Meneses*.

5 GOMES, *D. Duarte de Menezes*.

6 COSTA, *D. Duarte de Meneses e D. Isabel de Castro*.

7 DINIS, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*.

8 DUARTE, “A morte do capitão (veteranos e “maçaricos” na guerra marroquina do século XV)”, pp. 93-109.

9 BERTOLI, “Modelos de ação bélica na Crónica de D. Duarte de Meneses”, pp. 171-201.

*Pedro de Meneses*¹⁰, isto para além das crónicas régias que Rui de Pina redigiu, na viragem para o século XVI, relativamente aos reinados de D. Duarte¹¹ e D. Afonso V¹². Por outro lado, considerámos alguma documentação das chancelarias de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, bem como certos diplomas dos fundos da Leitura Nova e das Gavetas da Torre do Tombo¹³. Finalmente, ainda de forma subsidiária, observámos o túmulo com jacente de D. Duarte de Meneses, com o seu epitáfio, que procurou imortalizar na pedra os feitos do guerreiro.

1. Do reino para Ceuta: o despontar para as armas (1414-1438)

Recuar a 1414 corresponde, como em tantos outros anos do fim da Idade Média, a mergulhar num ciclo de crise marcado pela escassez alimentar, pelos surtos de peste e pelos conflitos na Cristandade, ainda fracturada pelo Cisma Papal¹⁴. Em Portugal, a jovem dinastia de Avis prepara uma grande armada de destino enigmático quando nasce um filho bastardo de D. Pedro de Meneses que recebe o nome de Duarte, talvez em homenagem ao infante herdeiro, de quem o pai é alferes¹⁵. Se acerca da mãe da criança¹⁶ – sobre a qual alguns trabalhos genealógicos sugerem o nome de Isabel Domingues – quase nada sabemos a não ser de que se trata de uma criada solteira da casa de D. Pedro, ao invés, conhecemos bem a linhagem do progenitor no estado da cavalaria, uma vez que descende da família condal dos Teles de Meneses e, mais atrás, dos próprios reis de Castela¹⁷. Mas o nascimento deste ilegítimo nada tem de especial num tempo em que na nobreza são comuns os filhos à margem do casamento¹⁸. Entregue pelo pai ao cuidado do

10 ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*.

11 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Duarte”, *Crónicas de Rui de Pina*, pp. 477-575.

12 IDEM, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, *Ibidem*, pp. 577-881.

13 As fontes documentais não publicadas (de diversos fundos) que aqui utilizamos são todas oriundas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, doravante abreviado com a sigla ANTT.

14 LE GOFF, *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. 1, pp. 141-145.

15 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. III, p. 51.

16 FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, livro 1, p. 123.

17 ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro...*, primeiro livro, cap. III, p. 182. A respeito da figura de D. Pedro de Meneses, em particular, leia-se o seguinte estudo: CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*.

18 MARQUES, “A vida quotidiana - afecto”, *Nova História de Portugal*, vol. 4, pp. 484-490.

seu amigo João Álvares Pereira sendo ainda “*menino de mama*”¹⁹, no dizer de Zurara, este bebé de meses parece condenado a um futuro na sombra. Porém, a roda da fortuna jogaria a seu favor.

Em 21 de Agosto de 1415, a armada de D. João I conquista Ceuta ao reino de Fez através de uma acção bem-sucedida de desembarque e de conquista de posições na cidade²⁰. D. Pedro de Meneses, que havia combatido o rei português ao lado de Juan I e passado anos no exílio de Castela, aposta na reconciliação plena com a Coroa ao oferecer-se para o difícil cargo de capitão da praça marroquina, prontamente recusado por fidalgos como D. Nuno Álvares Pereira, Gonçalo Vaz Coutinho ou Martim Afonso de Melo²¹. À frente de uma guarnição de cerca de 3 000 homens, o Meneses não tarda em dar provas do seu valor perante os violentos e repetidos cercos muçulmanos de 1416, 1418 e 1419²². Daí que seja sem surpresa que na viragem para a década de 1420, já viúvo de D. Margarida de Miranda, consegue autorização do rei para trazer para a cidade do Estreito o pequeno D. Duarte, o seu único varão, que por essa altura parece destinado à carreira eclesiástica – a fazer fé nas palavras do cronista Zurara²³ e como sugere uma carta de Martinho V datada de 13 de Abril de 1422²⁴, na qual o Papa dispensa o então escolar da diocese de Coimbra do impedimento da ilegitimidade para ingressar no clero, ascender a ordens sacras e receber benefícios eclesiásticos. Contudo, Ceuta testemunha uma volta a 180 graus na vida do bastardo do seu capitão. Quer tenha sido ou não por vontade da criança que na sua puerilidade roga constantemente ao pai para acompanhar as surtidas em terra de mouros e que não fala “*senom em cauallos e armas*”²⁵, como pretende Zurara, a verdade é que D. Pedro redireciona o futuro daquele filho. Afinal, o capitão da praça decerto que se encontra consciente da janela de oportunidades que se abre

19 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte*, cap. III, p. 51.

20 A propósito da conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415, de que se assinalou recentemente o VI centenário, leia-se: DUARTE, *Ceuta, 1415*; MONTEIRO - COSTA, *1415 – A conquista de Ceuta*.

21 ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro*, primeiro livro, cap. V, pp. 196-200.

22 MONTEIRO - COSTA, *1415 – A conquista de Ceuta*, pp. 125-137.

23 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. III, p. 51.

24 *Monumenta Henricina*, vol. 3, Doc. 23, pp. 39-40.

25 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte*, cap. III, p. 51.

para a nobreza guerreira no Norte de África²⁶ e, em particular, do estado de graça que ele próprio alcança junto da Coroa, de que são prova a obtenção no ano de 1424 da parte de D. João I, respectivamente, do condado de Vila Real²⁷ e da carta que legitima o jovem D. Duarte²⁸.

Sobre a formação marcial do nosso guerreiro até ser armado cavaleiro em 1429, prestes a completar os 15 anos, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* somente nos dá a entender a preocupação do pai com a sua equitação e com a escolha da gente para o acompanhar no exercício das armas²⁹ – a estas duas disciplinas consideradas basilares na aprendizagem do guerreiro medieval, segundo Miguel Gomes Martins, somar-se-iam àquele tempo paulatinamente outras actividades próprias do treino, como a caça e as justas³⁰. No plano da formação teórica, é legítimo admitir que por esses anos, à luz da cultura militar da nobreza, o conhecimento do jovem vá sendo influenciado mais ou menos directamente pelos romances de cavalaria e pelos tratados militares (com o clássico *Epitoma Rei Militaris* de Vegécio à cabeça), tão valorizados pela Corte de Avis – numa altura em que a própria realeza começa a produzir certa literatura didáctica vocacionada para a preparação guerreira³¹; pelos ecos chegados pela boca dos mercadores estrangeiros que aportam na praça sobre a distante guerra que opõe franceses e ingleses e os ameaçadores avanços turcos sobre a Cristandade; e seguramente pela memória das gerações mais velhas acerca das lutas com Castela, sob a liderança daquele carismático condestável agora retirado no convento de Santa Maria do Carmo, em Lisboa³².

26 FARINHA, *Os Portugueses em Marrocos*, pp. 11-12.

27 ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro...*, segundo livro, Cap. XI, pp. 581-584.

28 ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4, fls. 74-75 v.

29 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. III, p. 52.

30 MARTINS, *Guerreiros medievais portugueses*, pp. 19-25.

31 Terá sido na viragem entre as décadas de 1420 de 1430 que foram escritos o *Livro da Montaria*, atribuído a D. João I e que versa sobre a caça ao porco montês, assim como o *Livro da ensinança da arte de bem cavalgar toda a sela*, de seu filho D. Duarte, que procurou redigir uma espécie de tratado de equitação, com instruções da luta corpo a corpo e da arte das justas e dos torneios. Veja-se: João Gouveia MONTEIRO, “A formação militar”, em AAVV, *Nova História Militar de Portugal*, pp. 212-215.

32 Note-se que D. Nuno Álvares Pereira havia ingressado em 1423 na Ordem dos Carmelitas, à qual havia entregue formalmente o Mosteiro de Santa Maria do Carmo. Leia-se: MARTINS, “Nuno Álvares Pereira”, *Guerreiros medievais portugueses*, p. 264.



Figura 1.

Representação de Ceuta no século XVI, por George Braunio.

Fonte: Universtats Bibliothek Heidelberg, Beschreibung and Confractur der vornembster Stat der Welt (Band 1), Koln, 1582 [VD16B7188], p. 57 v.

Como quer que tenha sido, certo é que, na transição para a década de 1430, D. Duarte cresce tirocinando no agreste e montanhoso Rife, onde os portugueses se encontram num processo de aprendizagem face a uma nova realidade militar, de resto bem diferente daquela a que estavam habituados. É ali que o nosso fronteiro, sob uma moral de serviço à Coroa e à Igreja, vai conhecendo as diferentes motivações dos seus “camaradas de armas” – uns por vocação, outros por obrigação. Afinal, a guarnição de Ceuta, que se converte num verdadeiro embrião de exército permanente, compõe-se de forças tão distintas como: as milícias concelhias (de besteiros e de aquantiados de cavalo e de pé), arrancadas aos mesteres e à lavoura, que se mostram geralmente contrariadas naquele serviço; os nobres, que ali procuram honra e proveito, de tal maneira que não raras vezes se expõem aos perigos ao arrepio das vozes de comando; e, em menor número, grupos de homiziados, de ordens militares e, mesmo, de alguns cavaleiros estrangeiros³³.

É, pois, rodeado por estes homens que o filho de D. Pedro de Meneses vai tomando contacto com as forças do reino de Fez, tendencialmente mais numerosas que as portuguesas e dotadas de boa cavalaria ligeira, exímios atiradores e muita artilharia, apesar das distorções das fontes que engrandecem o exército muçulmano. Naquele clima de guerra per-

33 MONTEIRO - COSTA, 1415 – *A conquista de Ceuta...*, pp. 153-167.

manente, D. Duarte aprende, por um lado, as normas da exigente defesa da praça, que passam pelo estabelecimento de uma rede de vigias do campo que detecta as movimentações, pela coordenação dos besteiros e da artilharia nos pontos mais convenientes da barreira e pelo comando de forças de choque na perseguição do inimigo em retirada, onde a disciplina é vital para não cair nas ciladas frequentemente armadas pelos muçulmanos. Por outro lado, o jovem guerreiro é iniciado na prática das algomavarias, as arriscadas incursões em território inimigo em que as montadas são vitais para a mobilidade dos combatentes, que destroem aldeias, saqueiam alfaias e gado e raptam moradores na expectativa do seu resgate³⁴.

Nas crónicas que Zurara dedica a D. Pedro e D. Duarte de Meneses conseguimos vislumbrar, por vezes com algum exagero do autor, a liderança em operações que o nosso fronteiro vai assumindo à medida que amadurece, como seja o caso da defesa de Ceuta de 1432³⁵, quando fica interinamente por capitão da praça durante a vinda do seu pai ao reino, ou da expedição a Tetuão em 1436, que resulta na sua tomada e destruição³⁶. Certo é que a notoriedade do jovem leva o conde D. Pedro de Meneses, “cada vez mais enfermo”³⁷, a confiar-lhe a sua representação enquanto alferes do rei e o comando da guarnição de Ceuta que, em meados de 1437, se prepara para participar na expedição a Tânger³⁸. Tal como estabelecido, em Agosto daquele ano D. Duarte junta-se à força expedicionária liderada pelo infante D. Henrique³⁹, em cujo conselho de guerra o vemos tomar assento durante o assédio⁴⁰. Porém, naquele fim do Verão, ao mesmo tempo que o exército português passa de sitiante a sitiado em frente aos muros de Tânger e desespera no palanque por um acordo de rendição, tem lugar outra infelicidade em Ceuta: o velho capitão, sexagenário, fecha os olhos pela última vez e abre as portas do

34 Luís Miguel DUARTE, “A guerra em Marrocos: aprender tudo de novo”, em AAVV, *Nova História Militar de Portugal*, pp. 409-417.

35 ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro...*, segundo livro, cap. XXVII, pp. 656-659.

36 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. XXII, pp. 103-106.

37 *Ibidem*, cap. XXIII, p. 106.

38 Sobre o cerco de Tânger de 1437, leia-se: MOREIRA, *A campanha militar de Tânger (1433-1437)*.

39 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. XXIII, p. 106.

40 D. Duarte de Meneses foi um dos signatários do auto de capitulação assinado a 17 de Outubro de 1437 entre o infante D. Henrique e Salah-bem-Salah, alcaide de Tânger, acordo esse que fixou as condições para a retirada do exército português. Veja-se: *Monumenta Henricina...*, 1964, vol. 6, doc. 64, pp. 210-212.

governo da praça ao seu genro D. Fernando de Noronha, o novo conde de Vila Real, por via do casamento com a sua filha legítima D. Beatriz⁴¹.

2. Entre as agitações peninsulares: a afirmação do alferes-mor (1438-1458)

Com o cunhado na capitania de Ceuta, D. Duarte inicia um novo ciclo na sua vida. Provavelmente por perder espaço na praça, como deixa perceber a narrativa de Rui de Pina⁴², o filho de D. Pedro de Meneses regressa ao reino ao cabo de poucos meses e, na Primavera de 1438, é recebido pelo monarca na vila de Avis, onde a Corte se acolhe devido a surto de peste em Évora. A chegada a Portugal dá-se em plena discussão acerca da possibilidade da entrega de Ceuta aos mouros de Fez em troca da libertação do infante D. Fernando, cativo desde o cerco de Tânger. Com o peso da decisão sobre os ombros, o rei consultara, havia meses, as Cortes de Leiria, onde o reino se mostrara profundamente dividido, e agora escreve a pedir opinião ao Papa e a outros monarcas estrangeiros⁴³. Num momento especialmente delicado, o soberano aprecia os conselhos daquele fronteiro com grande conhecimento da realidade africana, pois apesar de “*muy mancebo (...) ho achou de bom siso e descripçom*”⁴⁴, gerando-se aproximação entre ambos ao ponto de as crónicas de Gomes Eanes de Zurara⁴⁵ e de Rui de Pina⁴⁶ serem unânimes numa confissão de arrependimento do rei por o não ter nomeado sucessor do pai na capitania de Ceuta.

Fosse para compensar D. Duarte de Meneses por não ter sido nomeado capitão de Ceuta, segundo os dois cronistas, ou apenas para agraciar os seus serviços, certo é que o monarca, no curto espaço de meses até à sua morte, cumula de mercês e honrarias o jovem guerreiro, prestes a completar 24 anos: promove o seu casamento com a afortunada D. Isabel de Melo, filha de Martim Afonso de Melo (antigo guarda-mor de D. João I) e recentemente viúva de João Rodrigues Coutinho⁴⁷; doa-lhe o

41 ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro...*, segundo livro, cap. XL, pp. 716-717.

42 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Duarte”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. XLIII, pp. 572.

43 DUARTE, *D. Duarte: requiem por um rei triste*, pp. 249-251.

44 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Duarte”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. XLIII, p. 572.

45 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. XXIII, pp. 107-108.

46 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Duarte”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. XLIII, pp. 572-573.

47 *Ibidem...*, cap. XLIII, pp. 572-573.

casal de Comedeiras, no termo da Guarda, assim como a alcaidaria de Beja com todos os seus direitos e rendas, tal como o seu pai a detivera⁴⁸; faz dele seu conselheiro e alferes-mor⁴⁹, um alto cargo do oficialato régio que, embora já suplantado na hierarquia militar pelos postos de condestável e de marechal, compreende ainda grande prestígio simbólico e cerimonial⁵⁰.

É, de resto, na qualidade de alferes-mor que após a morte do monarca (vítima de peste), poucos meses volvidos, D. Duarte de Meneses transporta a bandeira real e grita arraial no auto de juramento do pequeno D. Afonso V que tem lugar, na alcáçova de Tomar, no dia 10 de Setembro⁵¹. O jovem fronteiro torna-se então num dos actores principais da cena política do reino ao ser escolhido nas Cortes que reúnem em Torres Novas, dois meses depois, para integrar o conselho real que teria por missão assistir ao regimento do reino partilhado entre o infante D. Pedro, irmão mais velho do defunto monarca, e a rainha D. Leonor⁵². Porém, a governança bicéfala e a tutela do rei menino, então com 6 anos, é progressivamente posta em causa pelos partidos que se radicalizam entre o duque de Coimbra e a viúva de D. Duarte⁵³. É nesse quadro de confronto civil que o alferes nos desvenda a sua mentalidade senhorial ao oscilar entre os dois bandos para manter o seu *status quo*: se em 1439 corresponde ao apelo da rainha para não comparecer nas Cortes de Lisboa⁵⁴, onde lhe seria retirada a corregência, já no ano seguinte surge de pazes feitas com o infante D. Pedro, que através de uma carta datada de 3 de Maio de 1440 lhe confirma a posse da alcaidaria de Beja, além do respectivo paço e coutada⁵⁵.

48 Carta régia de 15 de Junho de 1438. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, fol. 236v.

49 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. XXIII, p. 108.

50 O cargo de alferes-mor terá sido o mais importante na hoste régia em Portugal até 1382, quando D. Fernando cria os ofícios de condestável e de marechal. Quase reduzido à função de porta-estandarte, o alferes-mor passa a representar um papel essencialmente cerimonial e simbólico. Nas *Ordenações Afonsinas*, recomenda-se que o alferes, para reunir as características de honra e lealdade, seja “*homem de nobre linhagem*”, de modo a que “*as gentes da hoste hajam razam de o terem em grande conta*” (*Ordenações Afonsinas*, livro 1, título LVI, pp. 333-335). Veja-se, a respeito de cargos militares medievais em Portugal: João Gouveia MONTEIRO, “A cadeia de comando”, em AAVV, *Nova História Militar de Portugal*, pp. 217-218.

51 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. II, pp. 589.

52 *Monumenta Henricina...*, 1964, vol. 6, doc. 96, pp. 264-279.

53 RODRIGUES, *As tristes rainhas. Leonor de Aragão. Isabel de Coimbra*, pp. 182-196.

54 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. XL, p. 630.

55 ANTT, *Leitura Nova*, Livro 4 de Odiana, fol. 267 v.

De facto, a confiança da regência abre uma nova porta a D. Duarte. Com a cunhada exilada em Castela desde o final de 1440, o duque de Coimbra decide apoiar o rei Juan II e o condestável Álvaro de Luna na guerra civil em Castela contra os chamados infantes de Aragão, irmãos da rainha viúva, a qual não cessa de insistir junto destes seus familiares para intervir em Portugal a seu favor, de modo a recuperar a regência e a tutoria dos filhos⁵⁶. O Meneses prepara-se então para tornar a vestir as armas naquelas campanhas peninsulares, mais próximas da forma de fazer a guerra no Ocidente europeu – cuja arte militar atravessa então uma certa transformação, entre continuidades e rupturas, ao ponto de alguns historiadores discutirem a existência de traços da chamada “Revolução Militar”, caracterizada pelo prolongamento das campanhas, pelo crescimento dos exércitos (onde se destacam corpos permanentes), pela afirmação da infantaria sobre a cavalaria e pelo emprego progressivo de armas de fogo (ligeiras e pesadas)⁵⁷.

A expedição que conhecemos melhor tem início logo em Julho de 1441, quando o próprio D. Duarte é encarregado pelo regente do comando de uma hoste de socorro ao mestre de Alcântara, Gutierre de Sotomaior. Acolitado por Gonçalo Rodrigues de Sousa, Martim de Távora e Lopo de Almeida, o Meneses parte para a Estremadura no comando de um exército de cerca de 2 000 homens, nos quais se contam da própria mesnada “*CXX escudeiros seus bem encavalgados e armados e CC homens de pé e besteiros*”⁵⁸. Já em campanha, se por um lado vemos D. Duarte prover a logística da hoste nas comarcas leais ao rei de Castela de forma pacífica, “*a contentamento de seus donos*”, por outro encontramos-lo a imprimir uma prudente ordenança de marcha à sua coluna nos territórios adversos, levando “*suas espias diante*”, as quais o auxiliam a detectar e desbaratar num breve recontro as tropas do alcaide de Mon-

56 ARAÚJO, *Portugal e Castela na Idade Média*, pp. 169-179.

57 Ao conceito de “Revolução Militar” inicial – proposto por Michael Roberts, em 1955, para as mudanças espectaculares introduzidas na arte da guerra pelo exército holandês no XVII – alguns historiadores têm retocado os seus conteúdos e a sua cronologia, discutindo-se já as suas raízes tardo-medievais. Relativizando a ideia de uma mudança abrupta na forma de combater, Clifford Rogers é um dos medievalistas que identifica uma sucessão de “pequenas revoluções” (infantaria, artilharia, entre outras) sobre o pano de fundo da Guerra dos Cem Anos que, no seu conjunto, produzem uma alteração significativa na transição para a Modernidade. Veja-se: ROGERS, “The Military Revolutions of the Hundred Years War”, 1995, pp. 55-93.

58 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. XXVI, p. 113.

tachez⁵⁹. Abastecidos os castelos de Magacela e Benquerencia, as operações têm ainda um assédio pela frente. Chegado a Zalamea ao lado do mestre de Alcântara, que perdera a praça, D. Duarte ordena a instalação de um cerco, em que, após tomar o arraial da povoação, combate intensamente a fortaleza, a qual acaba assaltada e destruída para tristeza do seu aliado Gutierre de Sotomaior⁶⁰.



Figura 2.

A Península Ibérica em meados do século XV

Fonte: João Gouveia MONTEIRO e António Martins COSTA, *A conquista de Ceuta...*, p. 19.

Embora sem nova missão de comando, o Meneses diz presente na chamada às armas para as duas empresas castelhanas que se seguem, ambas em resposta a pedidos de auxílio do rei Juan II. Na primeira, que tem lugar no início da Primavera de 1444, integra a força de 600 cavaleiros que parte de Évora às ordens do mestre de Alcântara para ter um papel crucial no levantamento do assédio de Henrique de Aragão a Sevilha, ao atacar as praças rebeldes de Carmona e de Alcalá de Guadaíra, após o que

59 *Ibidem*, cap. XXVI, p. 113.

60 *Ibidem*, cap. XXVI, p. 113-114.

o próprio D. Duarte oferece os seus serviços ao rei Juan II para combater na fronteira com Granada – onde é possível que tenha passado alguns meses, como deixa em aberto o capítulo XXVII da crónica que o biografava, a qual sofre então de um truncamento até ao ano de 1458⁶¹. Como quer que tenha sido, em Maio seguinte o alferes-mor encontra-se (de novo) em Portugal, onde incorpora a hoste de 1 900 cavaleiros e 3 000 peões chefiada pelo jovem condestável D. Pedro que acaba por se reunir ao rei Juan II, em Olmedo, já após a vitória deste sobre D. João e D. Henrique de Aragão, regressando assim ao reino sem terçar armas⁶².

Apesar do hiato na nossa principal fonte sobre D. Duarte, conseguimos situá-lo logo de seguida entre os protagonistas militares no conflito civil que marca o início do governo de D. Afonso V. Com a tensão entre o rei e o ex-regente ao rubro, o Meneses é nomeado em Maio de 1449 fronteiro de Pombal⁶³, um castelo estratégico para vigiar os movimentos do duque de Coimbra, que então se prepara para deixar a cidade do Mondego com o seu exército de cerca de 1 000 cavaleiros e 5 000 peões. Sem surpresa, o alferes-mor encontra-se no dia 20 daquele mês no Vale de Alfarrobeira⁶⁴, provavelmente próximo de D. Afonso V, quando tem lugar o ataque da numerosa hoste régia à posição apalancada do infante D. Pedro, que acaba morto e as suas tropas derrotadas⁶⁵.

Mas a fidelidade D. Duarte de Meneses ao poder régio traduz-se no pós-Alfarrobeira, segundo Baquero Moreno, no incremento da sua posição socioeconómica⁶⁶: ainda em 1449, obtém a confirmação da parte do monarca de, em caso de seu falecimento, o seu filho primogénito herdar todos os castelos e terras que trazia, bem como o cargo de alferes⁶⁷; no mesmo ano, são-lhe ampliadas as prerrogativas na jurisdição sobre Ferreira do Ave⁶⁸; em 1450, é-lhe estabelecida uma tença anual de 15 000

61 *Ibidem*, cap. XXVI, p. 114.

62 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. LXXXV, pp. 693-695. Sobre as campanhas de auxílio no reino vizinho durante o governo do infante D. Pedro, leia-se a síntese: João Gouveia MONTEIRO, “As três expedições de socorro a Castela durante a regência (1441, 1444 e 1445)”, em MARQUES, *Nova História Militar de Portugal*, pp. 283-284.

63 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. CXVI, p. 738.

64 ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 12, fol. 136.

65 João Gouveia MONTEIRO, “A Batalha de Alfarrobeira (20 de Maio de 1449)”, em AAVV, *Nova História Militar de Portugal...*, pp. 284-285.

66 MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, vol. 2, p. 877.

67 Carta régia de 20 de Julho de 1449. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 12, fol. 34.

68 Carta régia de 20 de Julho de 1449. ANTT, *Leitura Nova*, Livro 1 da Beira, fol. 273 v.

reais pagos pela alfândega de Lisboa ou em qualquer outro sítio⁶⁹; e, em 1453, é-lhe confirmada uma outra no valor de 60 000 reais, obtida do assentamento do infante D. Henrique por uma dívida que este havia contraído há 13 anos⁷⁰. Sem surpresas, o Meneses confirma assim por estes anos a faceta de nobre guerreiro ambicioso, de que as queixas de procuradores beirões sobre diversos abusos da sua autoridade senhorial vinham já dando indícios em Cortes como as de Lisboa (1439)⁷¹, de Torres Vedras (1441)⁷² ou de Évora (1447)⁷³.

Casado em segundas núpcias, desde 1442, com D. Isabel de Castro⁷⁴, filha de D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique (provavelmente um dos seus “protectores” no seio da família real), D. Duarte é uma das figuras centrais da Corte na entrada para a década de 1450. De facto, é ali que, na qualidade de alferes e com uma evidente proximidade ao rei, o encontramos (em destaque) em cerimónias como sejam: o baptizado do príncipe D. João, que tem lugar na Sé de Lisboa a 28 de Maio de 1455, em que transporta simbolicamente o gomil e o bacio⁷⁵; ou mesmo no auto de juramento do herdeiro de D. Afonso V que ocorre na mesma cidade a 25 de Junho daquele ano⁷⁶.

3. Na capitania de Alcácer-Ceguer: a consagração do fronteiro (1458-1464)

Mas enquanto D. Duarte de Meneses consolida influência e a riqueza à sombra da paz, sopram já ventos de guerra. A 29 de Maio de 1453 o sultão otomano Maomé II toma Constantinopla e põe fim

69 Carta régia de 18 de Dezembro de 1450. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 11, fol. 38v.

70 Carta régia de 17 de Maio de 1453. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 10, fol. 7v.

71 Trata-se de queixas do concelho de Ribacoa contra os abusos praticados pelos seus alcaides nas vilas e aldeias da região. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 24, fol. 12v.

72 Neste caso, estão em causa protestos de procuradores da Guarda e de Viseu, respectivamente, por D. Duarte de Meneses ter grande número de acostados que se furtavam aos serviços concelhios nas cidades em causa. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 2, fols. 88v-89; fol. 22v.

73 São apontadas queixas diversas sobre a o facto deste fidalgo, no seu senhorio da Beira, ocupar indevidamente terras de lavradores que as tinham recebido por herança. ANTT, *Leitura Nova*, Livro 2 da Beira, fols. 125-125v.

74 Este casamento é confirmado por carta régia de 28 de Julho de 1442. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 23, fol. 10v.

75 ANTT, *Gaveta XX*, maço 6, nº 15.

76 SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 2, 2ª parte, p. 105.

ao Império Bizantino. Apesar de ser uma morte anunciada, o fim do território romano do Oriente causa uma grande comoção numa Cristandade agora mais exposta ao perigo turco, contra o qual o Papa Calisto III, entronizado em 1455, procura responder com a pregação da Cruzada. D. Afonso V, que no ano seguinte profere votos cruzadísticos, investe em preparativos, amealha bulas e desdobra-se em cartas para reis cristãos, que de uma forma geral se mostram quase indiferentes ao projecto⁷⁷.

Mas sem apoios de outros príncipes e com novas de que Ceuta seria colocada em perigo, o rei português decide, em 1458, canalizar os meios que vinha concentrando para apontar armas ao reino de Fez. Ali poderia conquistar uma nova fortaleza que viesse aliviar a pressão sobre a cidade do Estreito. E apesar da sua inclinação sobre o velho sonho de Tânger, D. Afonso V é aconselhado, por menor exigência de meios, a atacar a vizinha praça de Alcácer-Ceguer, topónimo que em árabe significa castelo pequeno. É assim que, em meados de Outubro, o alferes-mor embarca na armada régia de volta ao norte de África, onde no dia 23 vem a participar no desembarque e no cerco à vila, cujos defensores se rendem na mesma noite perante acção contínua das bombardas⁷⁸.

No dia seguinte segue-se a praxe das conquistas ao Islão: os muçulmanos deixam Alcácer-Ceguer com as suas mulheres, filhos e haveres; os cristãos fazem a sua entrada solene na vila; a mesquita é convertida em igreja e é celebrada uma missa de acção de graças pela vitória⁷⁹. Falta indicar quem mande. Diz-nos Rui de Pina que então o rei “*de muytos e muy principais homens foy requerido sobre a capitania da vila*” – a governança de uma praça norte-africana é apetecível para a nobreza –, mas a nomeação imediata (e aparentemente única) de D. Duarte de Meneses dá a ideia de já vir decidida na sua cabeça – senão mesmo prometida ao próprio, como se afirma na *Crónica de D. Afonso V*⁸⁰.

77 GOMES, D. *Afonso V, o Africano*, pp. 177-179.

78 Luís Miguel DUARTE, “A conquista de Alcácer Ceguer em 1458”, em AAVV, *Nova História Militar de Portugal*, pp. 424-426.

79 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. CXXXVIII, p. 778.

80 *Ibidem*, cap. CXXXVIII, p. 778.



Figura 3.

Ruínas da couraça de Alcácer Ceguer

Fonte: Fotografia de António Martins Costa (2015)

A escolha do rei nada tem de surpreendente. Afinal, trata-se de um homem da sua confiança, mas também de um militar experiente naquele contexto, conhecedor do clima, da geografia e, acima de tudo, das manhas da guerra dos muçulmanos. E é esse saber que logo o Meneses, à frente de uma guarnição que não deve atingir os 1 000 homens, se vê obrigado a pôr em prática ao sofrer dois cercos no espaço de dez meses, o intervalo de tempo em que assistimos a algumas das acções mais reveladoras do comandante⁸¹.

Logo que toma posse, D. Duarte põe em marcha um plano de reforço da arquitectura militar da praça ao mandar construir uma cava, ao reforçar as muralhas (onde desde logo organiza cuidadas rondas e vigias) e instalar artilharia para, meses depois, superintender a construção de uma couraça que permite receber reforços e vitualhas do lado do mar. Já com o inimigo diante dos muros de Alcácer, vemo-lo organizar na barbacã besteiros e espingardeiros (que vão despontando timidamente ao lado dos anteriores); conduzir surtidas de homens de armas sobre

81 Luís Miguel DUARTE, “A conquista de Alcácer Ceguer em 1458”, em AAVV, *Nova História Militar de Portugal...*, p. 426.

as estâncias onde os muçulmanos assestam os seus trons; racionar criteriosamente os alimentos da guarnição e das montadas (cujo abate jamais permite, mesmo nas circunstâncias logísticas mais adversas para os seus combatentes); e exibir bem à vista dos seus inimigos, certo do impacto psicológico que lhes causava, os cavalos bem tratados que tinha na praça ou mesmo o desembarque da sua mulher e dos seus filhos através da couraça entretanto erigida⁸².

Os feitos do Meneses não passam despercebidos a D. Afonso V, que em Abril de 1460, na companhia de toda a Corte, o recebe como um herói⁸³. É a antecâmara da sua consagração, a qual vem a ter lugar a 6 de Julho do mesmo ano numa cerimónia solene em Santarém. Então, à semelhança do primeiro capitão de Ceuta, seu pai, D. Duarte é feito conde, desta feita da terra – nada despicienda – de Viana, que recebe com senhorio, jurisdição e alcaidaria da vila, além de direitos de padroado e de dízima do pescado⁸⁴.

No auge do seu percurso, o experiente fronteiro volta a Marrocos. Ali conduz uma estratégia arrojada de almogavarias a partir de Alcácer-Ceguer, cuja carta de capitão, a par dos poderes e jurisdição cível e crime (alta e baixa) e do soldo e mantimento, lhe garante o lucrativo quinto das cavalgadas e presas do mar e da terra⁸⁵, que por sua vez partilha com os seus companheiros de armas para os recompensar. Se exceptuarmos o assalto que dirige a Gibraltar em 1462, o Meneses comanda sobretudo expedições terrestres que atacam, roubam e incendiam povoações num grande raio à volta de Alcácer-Ceguer, desde as povoações nas cercanias de Tânger às terras de Guadarez, cujos direitos de conquista e tributação são disputados com o capitão de Ceuta, o seu sobrinho D. Pedro de Meneses (filho de sua irmã D. Beatriz de Meneses e de D. Fernando de Noronha), ao ponto de obrigar à intervenção do rei⁸⁶. Nessas cavalgadas do início da década de 1460 o capitão de Alcácer Ceguer conta não só com a sua experimentada guarnição. Por vezes, ocorrem de Portugal alguns nobres que vão tirocinar consigo, como D. Fernando, marquês

82 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. CXXXIX-CXLII, pp. 778-789; Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. XXXVILRV, pp. 121-233.

83 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. CXLIII, p. 790.

84 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, pp. 358-361.

85 *Monumenta Henricina...*, 1972, vol. 13, doc. 108, pp. 176-178.

86 *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história*, vol. 3, doc. 27, pp. 38-39.

de Vila Viçosa⁸⁷, ou mesmo alguns cavaleiros estrangeiros, como o dinamarquês Loland, que D. Afonso V tanto vem a recomendar ao seu rei, Cristiano I⁸⁸.

Na viragem para 1464 volta a Marrocos D. Afonso V, com quem D. Duarte, em Janeiro, se reúne em Ceuta para despacho. Porém, frustrado pelo insucesso do recente escalamento de Tânger e contagiado pelo sentimento dos cavaleiros que anseiam por voltar ao reino com uma “coroa de louros”⁸⁹, o rei arrasta consigo o experiente Meneses, que segue contrariado e privado dos seus homens para uma cavalgada na Serra de Benacofu, onde segundo Rui de Pina vive a “*mais guerreira jente d’Africa*”⁹⁰. Internado num território que não domina, e após despedir imprudentemente peonagem, besteiros e espingardeiros, o soberano depressa se vê atacado de surpresa por uma força de cavaleiros mouros. Encarrega então D. Duarte de cobrir a sua retirada, a qual, na descrição detalhada de Gomes Eanes de Zurara, se converte numa acção modelar de heroísmo em que, após a queda de um segundo cavalo, o conde de Viana, já ferido, dá a vida pelo rei⁹¹.

A morte deste ilustre comandante, prestes a completar 50 anos, é amplamente sentida, a começar pelo rei, que logo protege a sua descendência, como os filhos D. Henrique (sucessor no título e na capitania da praça) e D. Garcia (futuro bispo-soldado de Évora)⁹². Mas rápida é também a exaltação da memória do nobre guerreiro quatrocentista. Para além da cronística que a Coroa se encarrega de promover, podemos ainda hoje contemplar o túmulo que a sua viúva, D. Isabel de Castro, manda construir para, segundo a tradição, conservar um dente seu. Nesta obra de estilo gótico tardio, hoje na Igreja de S. João de Alporão, em Santarém, podemos observar no jacente a representação imponente de D. Duarte de Meneses, onde este figura com arnês, chapéu de armas e espada, como que imortalizando toda uma vida de afirmação marcial⁹³.

87 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. CIX, pp. 253-257.

88 *Monumenta Henricina*, 1973, vol. 14, doc. 56, pp. 156-157.

89 DUARTE, “A morte do capitão (veteranos e “maçaricos” na guerra marroquina do século XV)”, pp. 107-109.

90 PINA, “Crónica do Senhor Rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina...*, cap. CLVI, p. 810.

91 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. CLIII, pp. 350-356.

92 *Ibidem*, cap. final, pp. 357-358.

93 Veja-se a figura 4.



Figura 4.

Jacente do túmulo de D. Duarte de Meneses

Fonte: Fotografia de Telmo Mendes Leal (2015)

Conclusão

Acompanhar o trajecto de D. Duarte de Meneses foi como revisitar boa parte da história militar portuguesa dos finais da Idade Média, do pós conquista de Ceuta de 1415 à campanha magrebina de 1463-1464, passando pelo cerco frustrado a Tânger do infante D. Henrique (1437), pelas campanhas da regência do infante D. Pedro (1441-1445), pelo confronto de Alfarrobeira (1449) e pela conquista de Alcácer Ceguer (1458). De facto, a circunstância (invulgar) de estarmos perante um “totalista” das principais operações militares do seu tempo, entre Marrocos, Portugal e Castela, converte a figura deste guerreiro, por si só, num objecto de estudo quase inesgotável.

Ao seguirmos as pegadas do Meneses cremos, por um lado, ter alcançado alguns dos traços mais relevantes da guerra no Portugal do século XV. Afinal, conhecidos os primeiros passos nas armas e a investidura cavaleiresca de D. Duarte, assistimos, depois, à actuação de um comandante notável em contextos distintos: fosse na Península Ibérica, onde em campanha se revelou sensível à organização das hostes que iam

crescendo, atento às suas longas marchas e fulminante na condução dos seus ataques; fosse em Marrocos, território em que o vimos promover a adaptação da arquitectura militar, o emprego da artilharia, a gestão criteriosa da logística, a organização de vigias, a disciplina de tropas de tiro (besteiros e espingardeiros) e de choque (homens de armas) em pleno cerco e a valorização das montadas, tão importantes para as almogavarias em que se tornou experiente – por oposição aos cavaleiros (os mais novos e não só...) que, em busca de fama e fortuna, se expunham a riscos desnecessários, como o que levou à sua morte.

Por outro lado, acreditamos ter conseguido observar a guerra tar-do-medieval como factor de mobilidade social e de engrandecimento económico. Foi, pois, a carreira das armas que permitiu ao filho bastardo de D. Pedro de Meneses receber doações de terras, acumular tenças, contrair dois bons casamentos, ocupar cargos e, finalmente, arrecadar um título nobiliárquico. Assim foi possível a D. Duarte subir a pulso, sob uma moral de serviço a Deus e à Coroa, a quem ambiciosamente sempre procurou servir tomando as mais contrárias posições, que lhe valeram tanto o ódio de alguns homens como a construção de uma memória de “*muy noble e muy honrado cavaleiro*”⁹⁴.

Bibliografía y fuentes

1. Fontes

1.1. Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

a) Chancelarias Reais

Chancelaria de D. João I, Livro 4

Chancelaria de D. Duarte, Livro 1

Chancelaria de D. Afonso V, Livros 2, 10, 11, 12, 23, 24

b) Leitura Nova

Livro 4 de Odiana

Livros 1, 2 da Beira

c) Gavetas

Gaveta XX, maço 6

94 ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte...*, cap. CLV, p. 323.

1.2. Fontes impressas

Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história, João Martins da Silva Marques (publ. e pref.), Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1988, vol. 3.

Monumenta Henricina, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960-1974, 15 vol.

Ordenações Afonsinas, Mário Júlio de Almeida Costa (apres.), Eduardo Borges Nunes (nota textológica), 2ª ed, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, 5 livros.

PINA, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, M. Lopes De Almeida (introd. e rev.), Lello & Irmão, Porto, 1977.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Atlântida, Coimbra, 1947, tomo 2.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Universidade Nova, Lisboa, 1978.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Maria Teresa Brocardo (ed. e est.), FCG/JNICT, Lisboa, 1997.

2. Obras gerais e dicionários

AAVV, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Giulia Lanianni e Giuseppe Tavani (org. e coord.), Caminho, Lisboa, 1993, pp. 687-690.

AAVV, *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, José Matoso (dir), Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, 2011, pp. 459-481.

LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Manuel Ruas (trad.), Editorial Estampa, Lisboa, 1983, vol. 1.

MARQUES, António Henriques de Oliveira, *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Editorial Presença, Lisboa, 1987, vol. 4 (Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV; A. H. de Oliveira Marques, coord.).

3. Estudos

AAVV, *Historia Militar de España*, Hugo O'Donnell (dir.), Laberinto, Ministerio de Defensa, Madrid, 2010, tomo 2 (Edad Media; Miguel Ángel Ladero Quesada, coord.).

- AAVV, *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), Círculo de Leitores, Lisboa, 2003, vol. 1 (José Mattoso, coord.).
- ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, [Lisboa], 2009.
- BERTOLI, André Luiz, “Modelos de ação bélica na Crónica de D. Duarte de Meneses: texto, contexto e representação”, *Mirabilia: Revista Eletrónica de História Antiga e Medieval*, Nº. 15 (2012), pp. 171-201.
- CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Edições Colibri, Lisboa, 2004.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, col. *Reis de Portugal*, Círculo de Leitores, [Lisboa], 2005.
- CONTAMINE, Philippe, *La Guerre au Moyen Âge*, 3ª ed., PUF, Paris, 1980.
- COSTA, José Fernandes, *D. Duarte de Meneses e D. Isabel de Castro*, Typ. da Companhia Nac. Ed, Lisboa, 1901.
- DINIS, António Dias, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Coimbra Ed., Coimbra, 1949.
- DUARTE, Luís Miguel, “A morte do capitão (veteranos e “maçaricos” na guerra marroquina do século XV)”, *XII Colóquio de História Militar. Laços Históricos-militares luso-magrebins. Perspectivas de Valoração. Actas*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2002, pp. 93-109.
- DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte: requiem por um rei triste*, col. *Reis de Portugal*, Círculo de Leitores, [Lisboa], 2005.
- DUARTE, Luís Miguel, *Ceuta, 1415*, Livros Horizonte, Lisboa, 2015.
- FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, 2ª ed., Instituto Camões, [Lisboa], 2002.
- FREIRE, Anselmo Brancaamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1921, livro 1.
- GOMES, João Augusto Marques, *D. Duarte de Menezes: esboço biográfico seguido das apreciações de diversos jornaes às memorias de Aveiro*, Typ. Commercial, Aveiro, 1875.
- GOMES, Rita Costa, “Zurara, Gomes Eanes de”, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Giulia Laniani e Giuseppe Tavani (org. e coord.), Caminho, Lisboa, 1993.

- GOMES, Saul António, *D. Afonso V, o Africano*, col. Reis de Portugal, Círculo de Leitores, [Lisboa], 2006.
- MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros medievais portugueses. De Geraldo, o Sem-Pavor, ao Conde de Avranches. Treze biografias de grandes senhores da guerra (séculos XII-XV)*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2013.
- MONTEIRO, João Gouveia e COSTA, António Martins, *1415 – A conquista de Ceuta*, Manuscrito, Lisboa, 2015.
- MONTEIRO, João Gouveia e MARTINS, Miguel Gomes “The Medieval Military History”, *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, José Mattoso (dir), Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, 2011.
- MOREIRA, Hugo, *A campanha militar de Tânger (1433-1437)*, dissertação de Mestrado em História da Idade Média e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (não publicada), Porto, 2009.
- MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1980, 2 vol.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A., *As tristes rainhas. Leonor de Aragão. Isabel de Coimbra*, col. Rainhas de Portugal, Ana Maria S. A. Rodrigues, Isabel dos Guimarães Sá e Manuela Santos Silva (coord.), Círculo de Leitores, [Lisboa], 2012.
- ROGERS, Clifford J., “The Military Revolutions of the Hundred Years War”, *The Military Revolution Debate. Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*, Clifford J. Rogers (ed.), Westview Press, Boulder, 1995, pp. 55-93.
- VASCONCELOS, Agostinho Manuel de, *Vida de Don Duarte de Meneses, terceiro Conde de Viana, y sucessos notables de Portugal en su tiempo*, Pedro Craesbeeck impressor del Rey, Lisboa, 1627.

Fecha de recepción: 30-III-2017

Fecha de aceptación: 8-VII-2017

